

## PORTUGUÊS

As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto que segue.

### Que haja jardins em nosso tempo!!!!

*Clara passeava no jardim com as crianças.  
[...] Não havia perigo.  
Havia jardins, havia manhãs naquele tempo!!!  
(Carlos Drummond de Andrade)*

A violência tem sido tão explorada pelos meios de comunicação, tão exibida sem nenhum questionamento e tão banalizada que as pessoas, “anestesiadas”, passaram a conviver com ela como se fosse algo natural e, portanto, inevitável.

Procuram, então, enfrentar a violência buscando soluções meramente individuais e segundo suas próprias possibilidades. Mudam-se para cidades menores, isolam-se em condomínios fechados e *shopping centers*, contratam seguranças ou, mais frequentemente, agarram-se à religião, como única garantia de salvação.

No entanto, não será dessa forma que iremos resolver situações que têm origens histórico-culturais, e sim com estratégias racionais e eficientes que promovam mudanças sociais. Mudanças que só se processam através de lutas políticas consistentes e de projetos de educação que reforcem a formação humanística voltada para a cidadania e a solidariedade. [...]

O autoritarismo na área educacional tem gerado, ao longo de nossa história, indivíduos revoltados, incapazes de dialogar e intolerantes em relação às diferenças individuais. Sua preocupação, centrada apenas no sucesso profissional e econômico – para as altas esferas sociais -, e num ofício que garanta, no mínimo, o emprego e a sobrevivência – para as classes mais baixas -, tem sido responsável pela formação de pessoas mais competitivas e menos solidárias.

A difusão da ideia de que a felicidade está em *ter*, muito mais do que em *ser*, tem criado bloqueios a experiências afetivas mais ricas e a projetos de vida mais consistentes, que transcendam os limites dos interesses meramente individuais para atingir os interesses coletivos. [...]

Disso tudo decorre a necessidade de o Estado, as comunidades religiosas, as escolas, empresas, sindicatos, agremiações esportivas, etc. investirem mais em centros de convivência, oficinas de arte, lazer alternativo (mais barato e saudável), esportes cooperativos, terapias de apoio e tudo o mais que possa propiciar o desenvolvimento da autoestima, respeito pelo outro, reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, a predisposição a contatos e relações prazerosas. Em outras palavras, deve-se investir na construção de uma *cultura da paz*.

Agindo assim, talvez possamos, amanhã, voltar a passear nos jardins, como fazia Clara e suas crianças, no poema cheio de saudades de Carlos Drummond de Andrade.

(Adaptado de: Júlia Falivene Alves. In: *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 59-75.)

01. Considere as seguintes afirmações:

- I. O texto critica o crescente individualismo e competitividade das pessoas, estimuladas, de alguma forma, pela educação.
- II. O texto inicia-se com uma epígrafe, cujo conteúdo não contrasta com a introdução, já que ambos retratam a violência.
- III. O texto centra a argumentação nas eventuais estratégias que poderiam ser adotadas na busca de soluções.

Está de acordo com o texto o que se afirma APENAS em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.

02. Com base no texto acima, assinale a única com raciocínio incoerente.

- (A) Aparece nesse texto um recurso sempre rico de possibilidades argumentativas: o uso da epígrafe.
- (B) Em todo o desenvolvimento dos parágrafos, a autora argumenta a respeito do mundo caótico em que vivemos hoje.
- (C) Estimula a ideia de que a felicidade possível, hoje, está ligada diretamente ao alto poder aquisitivo.
- (D) No parágrafo conclusivo, retoma os dizeres da epígrafe, reforçando a ideia de que passear nos jardins é possível.

03. A palavra “talvez” (em destaque) pode ser adequadamente substituída, no texto, por:

- (A) decerto
- (B) porventura
- (C) assaz
- (D) sequer

04. Em relação ao período “Concentro-me e ouço qualquer coisa que me parece música, mas vem de tão longe!”, está correto o que se afirma em:

- (A) contém duas orações coordenadas sindéticas.
- (B) contém uma oração subordinada adverbial conformativa.
- (C) contém um período composto formado por três orações.
- (D) contém uma oração subordinada substantiva subjetiva.

As questões 05, 06 e 07 referem-se ao poema que segue.

Vou-me à feira de Trancoso  
Logo, nome de Jesu,  
E farei dinheiro grosso.  
Do que este azeite render  
Comprarei ovos de pata,  
Que he a cousa mais barata  
Qu' eu de lá posso trazer.  
E estes ovos chocarão;  
Cada ovo dará um pato,  
E cada pato um tostão,  
Que passará de um milhão  
E meio, a vender barato.  
Casarei rica e honrada  
Por estes ovos de pata,  
E o dia que for casada  
Sahrei *ataviada*  
Com hum brial d'escarlata  
E diante o desposado  
Que me estará namorando:  
Virei de dentro bailando  
Assí dest'arte bailado  
Esta cantiga cantando.

(Apud MAIA, Adhalmir Elias dos Santos. *Pequena antologia da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo, Editora do Brasil, s.d. p. 260.)

05. Leia as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- I. O texto apresenta uma espécie de devaneio da personagem principal.
- II. O texto apresenta os sonhos de uma moça humilde: ganhar dinheiro e viver um grande amor.
- III. A personagem principal prioriza os valores materiais da Idade Média.
- IV. A intenção do autor é comover o leitor com as ilusões da personagem.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) I e III estão corretas.
- (D) II e IV estão corretas.

06. Segundo o texto, qual é a melhor base para um casamento sólido?

- (A) amor
- (B) companheirismo
- (C) cumplicidade
- (D) dinheiro

07. Nos versos: “Casarei rica e honrada / Por estes ovos de pata” existe uma figura de pensamento. Qual das figuras abaixo é a figura ocorrente no poema?

- (A) sinestesia
- (B) antonomásia
- (C) ironia
- (D) eufemismo

Instruções para as questões de número 08 a 11.

Essas questões referem-se à compreensão de leitura. Leia atentamente cada uma delas e assinale a alternativa que esteja de acordo com o texto. Baseie-se exclusivamente nas informações nele contidas.

08. “Não muito remota é a conquista pedagógica que consiste na interpretação psicológica da criança como criança, e não como adulto em miniatura. Até então, a criança tinha sido considerada do ponto de vista do adulto, olhada como um adulto ante um binóculo invertido; aquilo que fosse útil ao inútil para o adulto, igualmente o seria, guardadas as devidas proporções para a criança.”

## Segundo o texto:

- (A) O comportamento da criança é a uma antecipação do comportamento do adulto.  
(B) Atualmente, a pedagogia considera a criança um ser qualitativamente diferenciado do adulto.  
(C) A pedagogia moderna, para interpretar o comportamento do adulto, tem que reportar-se à infância.  
(D) Para a corrente pedagógica moderna, a não ser por uma questão de grau, a motivação intrínseca da criança é a mesma que a do adulto.
09. "Para vendermos produtos, mesmos mais baratos, os salários das classes mais baixas precisariam ser maiores."

## Conclui-se do texto que:

- (A) As classes pobres podem comprar apenas os produtos cujo preço foi sensivelmente reduzido.  
(B) O fato de os salários serem baixos induz as classes pobres à indiferença diante de suas necessidades do consumo.  
(C) As classes pobres, em face de seus baixos vencimentos, não se importam com a qualidade dos produtos que consomem.  
(D) A redução do preço dos produtos não é suficiente para colocá-los ao alcance dos salários das classes mais baixas.
10. "A idéia de que diariamente, a cada hora, a cada minuto e em cada lugar se realizam milhares de ações que me teriam profundamente interessado, de que eu deveria certamente tomar conhecimento e que, entretanto, jamais me serão comunicadas – basta par tirar o sabor a todas as perspectivas de ação que encontro a minha frente. O pouco que eu pudesse obter não compensaria jamais esse infinito perdido."

## De acordo com o texto, para o autor:

- (A) A consciência da impossibilidade de participar de todos os acontecimentos diminui a importância de seus atos.  
(B) O interesse que o indivíduo manifesta em participar dos acontecimentos é maior que sua capacidade par dirigi-los.  
(C) O mundo não se resolve nos gestos individuais, mas resulta do conjunto da ação harmoniosa dos indivíduos.  
(D) A impotência de participar dos acontecimentos de seu tempo traz, como consequência, o descaso pela ação humana.
11. "Um dia desta semana, farto de vendavais, naufrágios, boatos, mentiras, polêmicas, farto de ver como se descompõem os homens, acionistas e diretores, importadores e industriais, farto de mim, de ti, de todos, de um tumulto sem vida, de um silêncio sem quietação, peguei de uma página de anúncios (...)"

Dizendo-se farto "de um tumulto sem vida, de um silêncio sem quietação", o cronista permite-nos concluir que ele vê o mundo como:

- (A) Incompreensível;  
(B) Contraditório;  
(C) Autoritário;  
(D) Indiferente.
12. Assinale a única alternativa que está de acordo com as normas de regência da língua culta.
- (A) Avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;  
(B) Avisei-lhe de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei a tal cargo;  
(C) Avisei-lhe de que não desejava substituir-lhe na presidência, pois apesar de ter sempre servido à instituição, jamais aspirei a tal cargo;  
(D) Avisei-o de que não desejava substituí-lo na presidência, pois apesar de ter sempre servido a instituição, jamais aspirei tal cargo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) O tributo federal deve conter a mesma alíquota em toda a extensão territorial.  
(B) O princípio da uniformidade é a regra que se aplica exclusivamente à União.  
(C) É defeso à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.  
(D) Em caso de outorga de isenção tributária a uma classe de contribuintes, decorrente da necessidade de promover o desenvolvimento socioeconômico, é possível aos demais não alcançados, pleitearem junto ao Poder Judiciário para, com base no Princípio da Isonomia, obterem a benesse.

14. São tributos de competência COMUM.
- (A) Impostos e contribuição de melhoria  
(B) Contribuição de Melhoria e taxas.  
(C) Taxa, imposto e contribuição de melhoria.  
(D) Apenas a taxa.
15. Sobre o IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Segundo determina a Constituição Federal, o IPTU é de competência Municipal, ressalvados os casos dos territórios federais, onde essa competência passa, excepcionalmente para a União.  
(B) O sujeito passivo abrange aquele que detém qualquer direito de gozo, relativamente ao bem imóvel, seja pleno ou limitado.  
(C) O fato gerador é a propriedade, domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil.  
(D) A base de cálculo é o valor venal do imóvel.
16. Não são contribuintes do ISS, EXCETO:
- (A) Profissional autônomo.  
(B) Trabalhadores avulsos.  
(C) Prestadores de serviço em relação de emprego.  
(D) Diretores e membros de Conselhos Consultivos e Fiscais.
17. Sobre o ISS, assinale a alternativa CORRETA.
- (A) A base de cálculo é o valor do serviço (o líquido).  
(B) A tributação do ISS é variável ou proporcional, de acordo com as características do sujeito passivo.  
(C) O fato gerador do ISS caracteriza-se pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros, e não pelo contrato ajustado.  
(D) Em face do princípio da estrita legalidade tributária, para que os Municípios possam cobrar ISS dos prestadores de serviços, devem instituí-los por meio de lei complementar própria, que poderá adotar todos os itens da lista de serviços prevista na Lei Complementar 116/33, ou apenas alguns deles, sendo-lhes, porém, defeso criar serviços não previstos nessa norma complementar, sob pena de inconstitucionalidade.
18. Sobre o Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Em essência, o direito administrativo é o conjunto de normas e princípios que regem a atuação da Administração Pública.  
(B) O direito administrativo começou a se formar nas primeiras décadas do século XV.  
(C) O direito administrativo, diz respeito, primordialmente, à atuação da Administração Pública inserida no Poder Executivo. Este poder estatal é dotado da atribuição de exercer atividade administrativa com repercussão imediata na coletividade, como sua atividade inerente e típica.  
(D) As atividades administrativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, que são atividades de apoio para o exercício de suas funções típicas, regem-se pelo direito administrativo.
19. A respeito da DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Descentralização - quando atividades são distribuídas de um centro para setores periféricos ou de escalões superiores para inferiores, dentro da mesma entidade ou da mesma pessoa jurídica.  
(B) A descentralização se verifica tanto em órgãos situados num mesmo local como em órgãos geograficamente distantes.  
(C) A distribuição de atividades mediante desconcentração implica em permanência de vínculos de hierarquia entre os órgãos envolvidos.  
(D) Somente pode haver desconcentração em âmbito federal.
20. Sobre o ATO ADMINISTRATIVO assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) A edição de atos administrativos cabe apenas aos órgãos do Executivo, sendo que os demais Poderes não possuem competência para Editá-los, sob pena de violação aos Princípio Constitucional de Separação dos Poderes.  
(B) O ato administrativo constitui um dos principais meios pelos quais atuam e se expressam as autoridades e órgãos administrativos.  
(C) Como todo ato jurídico, o ato administrativo forma-se pela conjugação de alguns elementos, os quais, por sua vez, devem atender a preceitos legais para a produção de efeitos jurídicos válidos.  
(D) N.D.A.

21. Sobre o PODER DE POLÍCIA da Administração, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Em essência o poder de polícia é a atividade da Administração que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades.
  - (B) É uma das atividades em que mais se expressa a face autoritária e imperativa da Administração Pública.
  - (C) São sinônimos do Poder de Polícia: Poder Ordenador, Atividade Interventora.
  - (D) Poder de Polícia é atividade da administração particular que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.
22. Em se tratando de SERVIÇO PÚBLICO, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Atividade realizada no âmbito da Administração, inserida nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Refere-se a uma atividade prestacional, em que o poder público propicia algo necessário à vida coletiva, como por exemplo, água, energia elétrica, transporte urbano.
  - (B) Em essência, serviço público significa prestações; são atividades que propiciam diretamente benefícios e bens, aos administrados, não se incluindo aí as de preparação de infraestrutura.
  - (C) Os serviços públicos podem ser prestados e executados pela Administração direta e outros executados por particulares, mediante contrato de prestação de serviços.
  - (D) A concessão do serviço público é a transferência da prestação do serviço público, feita pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
23. Cabe à proposição de Ação Civil Pública, EXCETO:
- (A) Danos contra o meio ambiente.
  - (B) Pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
  - (C) Danos a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
  - (D) Por infração da ordem econômica e da economia popular.
24. Em se tratando do remédio constitucional “Habeas Data”, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrado, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
  - (B) O Ministério Público tem legitimidade ativa.
  - (C) O Ministério Público poderá atuar como *custus legis*.
  - (D) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos arts. 282 a 285 do Código de Processo Civil, será apresentada em duas vias e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda.
25. Sobre a ADPF, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Podem propor ADPF os mesmos legitimados para propor Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, exceto a entidade sindical.
  - (B) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
  - (C) A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada.
  - (D) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
26. Qual o quórum para prolação de decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental?
- (A) Maioria absoluta dos Ministros.
  - (B) Maioria simples dos Ministros.
  - (C) 2/3 dos Ministros.
  - (D) 2/5 dos Ministros.
27. Assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
  - (B) Qualquer pessoa será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta e cinco por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
  - (C) Qualquer indivíduo será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de quarenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
  - (D) Qualquer ente será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de sessenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
28. Quanto ao IPTU, é incorreto afirmar:
- (A) É de competência municipal;
  - (B) Quem tributa é o município;
  - (C) Quem arrecada é o município;
  - (D) Quem recolhe é o município.
29. O município tem competência de tributar:
- (A) ICMS, ISS, IPTU e ITR;
  - (B) ISS, IPTU, Alvará de Localização e ITBI;
  - (C) INSS, ISS, IPTU e ITBI;
  - (D) CSLL, IPTU, ITR e ITBI.
30. Marque a alternativa incorreta:
- (A) Define-se Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos dos atos e fatos da fazenda pública;
  - (B) A contabilidade societária tem como foco principal o patrimônio e as suas avaliações, de forma tal que a principal peça é o Balanço Patrimonial;
  - (C) A Contabilidade Pública estuda o patrimônio dos entes públicos e também é chamada de Contabilidade Governamental, podendo ser confundida com a Contabilidade Social;
  - (D) A Contabilidade Pública está intimamente ligada à gestão de recursos públicos.

31. Classifique as alternativas como Verdadeira ou Falsa e assinale a correta:

- ( ) Passivo Exigível quando igual a zero, o Ativo é igual ao Passivo;
- ( ) Patrimônio Líquido igual a zero, o Ativo é igual ao Passivo Exigível;
- ( ) Patrimônio Líquido maior que zero, o Ativo é maior que o Passível Exigível;
- ( ) Patrimônio Líquido menor que zero, o Passivo é maior que o Ativo.

- (A) V, V, V, V;
- (B) F, F, F, F;
- (C) V, F, V, F;
- (D) F, V, F, V.

32. Relacione os Princípios Contábeis aos conceitos:

1. Entidade,
2. Continuidade,
3. Oportunidade,
4. Registro pelo valor original,
5. Atualização Monetária,
6. Regime de competência,
7. Prudência.

- A. Refere-se à tempestividade e integridade do registro do patrimônio e suas mutações,
- B. O que vale são os preços originais de aquisição ou de fabricação,
- C. Receitas e despesas apropriadas de acordo com o fato gerador e não pelo recebimento ou pagamento,
- D. Adoção pelo menor valor para itens do Ativo e de maior valor os do Passivo,
- E. Contabilidade utilizada pelas entidades como pessoas distintas dos sócios,
- F. Presume-se que a empresa operará indeterminadamente,
- G. É o ajustamento dos valores originais para determinada data, aplicando indexadores.

- (A) 1E, 2A, 3F, 4B, 5D, 6C, 7G;
- (B) 1F, 2A, 3B, 4C, 5G, 6D, 7E;
- (C) 1E, 2F, 3A, 4B, 5G, 6C, 7D;
- (D) 1F, 2E, 3A, 4G, 5B, 6C, 7D.